



**ATIVIDADES DE EXTENSÃO NUMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: UM
OLHAR DESDE UMA EXPERIÊNCIA DE COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES DE
EXTENSÃO.**

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i59.17000>



Paula Camboim Silva de Almeida

Entrevistada - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Brasil

César Hamilton Brito de Goes

Entrevistador - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Brasil

Marco André Cadoná

Entrevistador - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Brasil



Resumo:

A entrevista aborda temas como construção de políticas de extensão numa experiência de Universidade Comunitária, a sempre difícil tarefa de integração de atividades de pesquisa, ensino e extensão, a necessidade de articular expectativas de prestação de serviços com as atividades de extensão e inserção comunitária. A partir da experiência de atuação profissional da professora Paula no Departamento de Ciências Humanas e na Pró-Reitoria de Extensão da UNISC, a entrevista provoca reflexões sobre a extensão universitária, mas acima de tudo sobre o lugar das atividades de extensão numa experiência de Universidade Comunitária, como é o caso da UNISC.

Palavras-chave:

UNISC, extensão universitária, ciências humanas, inserção comunitária.

Abstract:

The interview addresses topics such as building extension policies in a Community University experience, the always difficult task of integrating research, teaching and extension activities, the need to articulate service delivery expectations with extension and community insertion activities. Based on the professional experience of Professor Paula in the Department of Human Sciences and in the Dean of Extension at UNISC, the interview provokes reflections

on university extension, but above all on the place of extension activities in a university. Community University experience, as is the case with UNISC.

Keywords:

UNISC, university extension, humanities, community insertion.

Entrevistadores:

Queremos inicialmente agradecer, Paula, pela disponibilidade e pelo interesse em registrar o seu olhar sobre a experiência do Departamento de Ciências Humanas (DCH) e, em especial, sobre a sua participação na construção de políticas de extensão na UNISC. A decisão de entrevistar você foi motivada pela importante presença sua na história de nosso DCH, pela contribuição que teve e tem na construção de espaços para a Antropologia na formação universitária na UNISC; mas, principalmente, pela sua também importante participação (e em diferentes momentos) nas equipes que coordenaram/coordenam as atividades de extensão na UNISC.

Para iniciar nossa conversa, então, gostaríamos que falasse um pouco sobre a sua vinda para a UNISC.

Paula Camboim Silva de Almeida:

Comecei a trabalhar aqui em 1988, como professora horista. A instituição ainda era FISC, as Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul. Fui contratada como professora horista e ficava indo e voltando, semanalmente, entre Porto Alegre e Santa Cruz do Sul. A minha relação era com sala de aula. Depois de uns anos, talvez uns cinco ou seis anos depois, estávamos vivendo o período de passagem da FISC para Universidade, e então começou a ficar interessante, importante, a Instituição ter mais professores com vínculo permanente. Mas, na época da criação da Universidade, eu ainda era professora horista. Neste processo foi criado o Departamento de Ciências Humanas. O professor Campis, que era o Pró-Reitor de Pesquisa de Pesquisa e Extensão naquela época, sugeriu que eu assumisse a coordenação do GIS (Gabinete de Investigação Social), atualmente o NUPES (Núcleo de Pesquisa Social), já que a coordenadora, na época, estava se desligando da instituição. E foi assim, então, que minha vida de professora com regime de 40 horas começou.

O antigo GIS (e atual NUPES) sempre teve essa característica que, numa Universidade comunitária como é o caso da UNISC, mistura atividades de prestação de serviços com o trabalho extensionista. E o GIS tinha muito, naquela época, o objetivo de comprovar para a comunidade acadêmica que a pesquisa social também poderia trazer recursos e promover o desenvolvimento regional. A minha entrada na extensão se deu por aí, digamos. Já havia, na época, projetos de extensão na Universidade (o que, talvez, outros já tenham mencionado para vocês): o Programa de Educação Popular, por exemplo, já existente desde que era FISC. Um trabalho bastante comprometido com populações mais vulneráveis. O GIS não tinha necessariamente essa característica, por causa dessa linha de prestação de serviços. Mas já naquele momento tínhamos interesse em realizar, a partir do GIS, outras atividades, que envolviam, por exemplo, levantamentos para fins de construção de políticas públicas.

Entrevistadores:

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<239-258>, Ago./Set. 2021

Aquele primeiro convite para você participar de atividades realizadas no GIS, então, não compreendia uma participação mais direta na discussão e no planejamento de atividades de extensão na UNISC?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Não. Era um convite para ser professora com horas, pois já existia a modalidade horas-atividade. E a coordenação do GIS seria o trabalho que eu desenvolveria nas horas-atividade.

Entrevistadores:

Mas como tu vieste dar aula na UNISC?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Por convite. Não havia concurso ainda. Foi por relações pessoais. Surgiu uma vaga na área das Ciências Sociais e o meu nome foi sugerido

Mas enfim, voltando mais para essa questão da trajetória, esse primeiro convite não foi direcionado para a extensão. Foi o GIS, e depois o NUPES, que me aproximou um pouco dessa discussão do que é extensão. Essa questão de definição, até hoje, é uma questão que, para mim, é complicada. Há uma tendência em se considerar que prestação de serviços é necessariamente extensão. Desde que eu comecei a trabalhar na extensão, o meu incômodo é com essa relação tão rápida. Mas entendam bem: eu não estou dizendo que se é prestação de serviços não pode ser extensão. Eu não sou purista a esse nível, como alguns professores mais antigos defendem ou defendiam. Mas extensão e prestação de serviços não são sinônimos. Porque se você reduz a extensão à prestação de serviços, as populações vulneráveis não são acessadas. Essa é uma discussão clássica. E nem todas as prestações de serviço são atividades de extensão. A pesquisa pode ser uma prestação de serviço. O NUPES é um exemplo. Eu acho que o NUPES, atualmente, junto com a Central Analítica, são dois exemplos. São trabalhos de pesquisa, que são prestação de serviços. O que aproximaria da extensão como eu entendo, de uma forma mais conceitual, seria a relação com a comunidade.

Entrevistadores:

Talvez depois a gente volte a esse tema, para que você possa ampliar a reflexão sobre o que é extensão e como ela se diferencia daquilo que para nós, muitas vezes, aparece como um trabalho que integra, ao mesmo tempo, a pesquisa, a extensão e a prestação de serviços. Mas o NUPES? Já no momento de sua criação, penso que você coordenou o NUPES naquele período, foram realizados diagnósticos socioeconômicos para municípios da Região, muitos deles importantes no processo político que resultou na emancipação desses municípios.

Paula Camboim Silva de Almeida:

Sim, foram realizados o Censo Socioeconômico dos municípios de Gramado Xavier e de Vale do Sol. Houve uma longa participação, também, junto à Comissão Estadual do Idoso, um grande levantamento com a população idosa. E a relação da universidade com a construção das políticas na área começou por aí e continua até hoje. Estes são exemplos da tão falada

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Extensão não é também somente o atendimento à população. A área da saúde algumas vezes pode confundir assistência com extensão. Sem dúvida é importante a Universidade fazer isso, principalmente na área da saúde, espaços onde os alunos praticam e atendem a população com dificuldades econômicas. Não há dúvidas quanto a importância dessas atividades. Mas se o conceito de extensão implica em uma troca de saberes entre a academia e a comunidade, até que ponto na assistência à saúde existe esta troca? Essa distinção é complexa e tênue, inclusive nas discussões nacionais sobre a extensão universitária. Tenho mais dúvidas do que certezas nesta discussão.

Enfim, eu comecei a minha trajetória na extensão como coordenadora do GIS, hoje NUPES. A partir daí, fomos nos apropriando dos processos tanto administrativos internos, consolidando o Núcleo, quanto de relação com a comunidade externa, atendíamos desde grandes indústrias sediadas na região como...

Entrevistadores:

Já naquela época?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Sim. E até políticas públicas, como a Política do Idoso, o Censo de Vale do Sol e de Gramado Xavier, foram trabalhos importantes que o NUPES fez e que prestou um auxílio fundamental no processo de emancipação desses municípios. Havia dificuldades em obter dados no IBGE, porque eram distritos de vários municípios, não havia muitas informações, e eram dados fundamentais. Foram contribuições em termos de políticas públicas e desenvolvimento regional enormes. Outro trabalho foi com a Mitra Diocesana sobre o crescimento das religiões pentecostais na região. Naquela época isso era um fenômeno que estava começando. A Mitra e as prefeituras subsidiaram bolsistas, viagens. Ou seja, objetos de estudo os mais diversos, desde censos até a religiosidade.

Esses são exemplos de trabalhos que eu não tenho dúvida que são extensão, no sentido de se relacionar com a comunidade, entregar produtos, resultados, que vão fomentar o desenvolvimento regional. E, paralelo a isso, alguns levantamentos, ainda muito pequenos, para as indústrias, que depois ganharam maior importância.

Então, a minha trajetória na extensão começou assim. Primeiro, como coordenadora do NUPES e, posteriormente, o professor Luís Augusto Campis, que já era o Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão, me convidou para fazer parte Pró-Reitoria.

Entrevistadores:

Na gestão do Wilson ainda? Mas aí já como reitor?

Paula Camboim Silva de Almeida:

O professor Wilson Knipof já era Reitor, já éramos Universidade. Por isto mesmo, a UNISC estava passando por um momento de reestruturação, criação das Pró-Reitorias, departamentos. E, com o status de Universidade, a necessidade de consolidar a pesquisa e a extensão.

Entrevistadores:

Vamos abrir um parêntese aqui, pois está ficando interessante vincular as diferentes entrevistas que estamos realizando. Vamos fazer aqui uma espécie de violência sociológica, pois a entrevista é sua. Mas nas escutas que estamos fazendo, está surgindo essa ideia de que a institucionalização da Universidade passa pela extensão, ela constitui um discurso extensionista para a sua legitimação, pois é por aí que a própria noção de comunitária se afirma.

Paula Camboim Silva de Almeida:

Sim, é verdade. O grande desafio era a consolidação da pesquisa e da pós-graduação. Na extensão, já tínhamos mais história e experiências. Claro que havia um grande caminho a percorrer, mas a extensão já era reconhecida e presente na comunidade. A própria pesquisa teve, do meu ponto de vista, a sua institucionalização, formação, dentro da UNISC, via relação com a comunidade, via demandas da comunidade. O início da pesquisa começou muito voltada para demanda local. Aquela ideia que as atividades, sejam de ensino, de pesquisa, de extensão, devem ter maior proximidade com as demandas locais, das comunidades locais e regionais. E eu acho que essa é nossa trajetória, nossa identidade. E foi, a partir daquele momento, que eu passei a fazer parte da Pró-Reitoria, mais diretamente vinculada às atividades de extensão. Naquela época foram criadas duas coordenações: a de Pesquisa e a de Extensão. E aí, burocraticamente, digamos assim, esses processos começaram a se instituir de forma um pouco mais separada.

Entrevistadores:

E você entrou como Coordenadora de Extensão na Pró-Reitoria. Se hoje você fosse resgatar essa memória, o que você encontrou naquele momento? Pode ser importante esse resgate, inclusive pelo que colocamos antes, que a UNISC, desde seu surgimento, tem uma “vocação extensionista”. Qual era o espaço da extensão naquele momento na UNISC? Por exemplo, ela envolvia atividades nas diferentes áreas do conhecimento? Elas estavam articuladas com ações no campo da pesquisa e, inclusive, com as atividades de ensino?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Essa articulação sempre foi e continua sendo um grande desafio. Talvez agora, com as políticas atuais de curricularização da extensão, a gente consiga avançar mais nisso. Na época que eu assumi a Coordenação da Extensão e passei a ter uma visão mais ampla das atividades de extensão na UNISC, a área da saúde não era consolidada ainda, o curso de Enfermagem estava começando. Não havia todas as práticas no ensino da saúde que existem atualmente. As grandes áreas que desenvolviam a extensão eram a Educação, com grande parceria das Ciências Humanas, no sentido amplo, compreendendo geografia, história etc. Havia o Programa de Educação Popular, envolvendo várias atividades comunitárias em bairros, instituições assistenciais, presídio, grupos vulneráveis. Mas havia também várias ações nas escolas. Eu acho que a extensão na UNISC, na minha leitura, começou muito forte nessa relação com as escolas. Nesse sentido, a relação com as escolas promovia essa integração extensão/ensino. A partir de uma prática de ensino ou dos estágios, nascia a necessidade de uma ação mais focada naquela escola. Então, um dos grandes focos era, quando se criou a Coordenação de Extensão, a relação com as escolas. E aí o papel das Ciências Humanas era

fundamental. Ações diversas, desde assessorias na gestão escolar, quanto na capacitação de professores.

Entrevistadores:

É em função disso que se estrutura a Assessoria Técnica Pedagógica ou ela já existia?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Sim. A Assessoria Técnica Pedagógica já existia como um cargo, dentro da Pró-Reitoria. Mas ela se consolida como um setor neste processo. Durante a minha primeira gestão, a Suzana Ramos era a assessora técnica pedagógica.

Entrevistadores:

A Suzana era de Rio Pardo?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Sim. Ela já tinha atuado em escolas, conhecia a comunidade, eram muitos projetos com as escolas. Muitas escolas municipais, não necessariamente só de Santa Cruz, mas de toda a região. Nosso vínculo era maior com as prefeituras do que com a Coordenadoria Regional da Educação. Era mais ágil a relação com os municípios, era comum reuniões com os secretários municipais de educação. Muitos municípios, no processo de emancipação, necessitando dessa ação da Universidade, essa assessoria.

Entrevistadores:

Então, naquele período a UNISC teve participação ativa na construção de propostas político-pedagógicas para os municípios de toda a região?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Sim. Havia um prazo para todas as escolas finalizarem suas propostas político-pedagógicas. Secretários Municipais de Educação de toda a região solicitando o trabalho da Universidade. Foi então que a ATP – Assessoria Técnico Pedagógica, se transformou em um setor, vinculado à coordenação de Extensão. Tínhamos técnicas de altíssima qualidade, com formação e experiência em trabalho em educação, que faziam todas as negociações com as escolas e municípios e depois articulavam os professores da universidade para trabalharem no projeto de extensão. Em termos de gestão institucional, este foi um olhar importante: a criação desse setor consolidou e reforçou a ação extensionista da Unisc na época.

Desde o início, além da atuação do GIS e depois NUPES, e nessa relação com as escolas, a participação das Ciências Sociais foi fundamental em termos de capacitação de professores, assessorias, formação.

Paralelo a isso, o próprio NUPES, com uma grande demanda, então era necessário construir uma estrutura. Não havia espaço físico, recursos humanos, computadores. Toda a coleta de dados do Censo de Vale do Sol, por exemplo, foi digitada à noite, em um computador emprestado em outro setor. Começou a se criar também, mais ou menos paralelo com a estrutura da extensão como um todo, uma estrutura para o NUPES.

Mais tarde, na primeira gestão do professor Luís Augusto Campis como Reitor, eu saí da Coordenação de Extensão para finalizar o mestrado. A professora Carmen Helfer tinha retornado do mestrado e assumiu o cargo. Daí, quando retornei, na segunda gestão do professor Campis como Reitor, se decidi criar a PROEXT. Criação de duas Pró-Reitorias: a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias. A professora Carmen Helfer foi convidada para assumir a recém criada PROEXT. E eu voltei a assumir o cargo de coordenadora de extensão. Foi a minha segunda gestão, agora como Coordenadora de Extensão e Relações Comunitárias. E aí tivemos outros desafios. Naquela época, por exemplo, a área da saúde já estava se consolidando, já se criou uma outra dimensão muito importante de relação com a comunidade. Além disto, reforçamos um processo de institucionalização da extensão. Ainda havia necessidade de consolidar e/ou construir alguns processos. Algumas atividades de extensão e relação com a comunidade poderiam passar despercebidas, em termos de registro. A gente começou a sentir a necessidade de ter dados, para a gestão, para a tomada de decisões e até para apresentar resultados à comunidade. Foi criado o Regulamento das Atividades de Extensão. É o que existe até hoje, claro que com reformulações; e agora, provavelmente, vai haver outras adequações, com o processo de curricularização da extensão. Mas a UNISC, e eu digo como participante dos fóruns nacionais, é muito, muito organizada, em termos de institucionalização da extensão.

Naquele momento, o NUPES já estava bem consolidado. Quando retornei da minha licença afastamento, a relação com as empresas e indústrias, por exemplo, já estava bem consolidada, realizando desde levantamento de preços até perfil socioeconômico de agricultores.

Entrevistadores:

Naquele momento que você assumiu a extensão, a Universidade já estava em outro momento. Já tínhamos outras áreas de conhecimento presentes – a saúde, as engenharias. Como a expansão da Universidade repercutiu nas políticas de extensão da Casa? Eles também realizavam atividades de extensão...

Paula Camboim Silva de Almeida:

Naquela fase de consolidação da extensão na UNISC, a Educação e as Ciências Humanas eram bastante presentes na extensão. As áreas tecnológicas desenvolviam várias atividades de prestação de serviços à comunidade, muito relacionadas ao Pólo de Modernização Tecnológica. Mas o Polo, por questões institucionais, é vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

Entrevistadores:

Não passava pela Extensão?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Não. E a saúde teve sempre a sua tradição de assistência via ensino. As práticas de ensino, as cargas horárias de práticas nos seus currículos, são desenvolvidas no ensino. As clínicas, da Fisioterapia, da Odontologia, etc., elas nunca foram vinculadas à Pró-Reitoria de Extensão. Elas são vinculadas a PROGRAD.

Entrevistadores:

Não, mas em termos de filantropia, não...

Paula Camboim Silva de Almeida:

Sim, mas a filantropia também não está vinculada institucionalmente à PROEXT. Está vinculada a PROAD. Mas toda a regulamentação das atividades práticas de ensino da área da saúde, tudo é via PROGRAD, ensino, dentro da visão institucional.

Entrevistadores:

Mas no discurso...

Paula Camboim Silva de Almeida:

As atividades envolvendo a comunidade na área tecnológica começaram no Polo de Modernização Tecnológica e agora temos o TecnoUnisc. Era uma política pública também. Enfim, há uma trajetória que eu não sei relatar, porque isso sempre esteve vinculado à área da pesquisa, mesmo com a ação com a comunidade. As ações e atividades nas áreas de Educação e Ciências Humanas estavam mais vinculadas à PROEXT. A área da saúde começou a se consolidar e as atividades de assistência em saúde, enquanto práticas de ensino, em termos institucionais e organizacionais, estão vinculadas a PROGRAD.

Os projetos de extensão que são desenvolvidos em horas/atividade dos professores são os que são encaminhados a PROEXT, institucionalmente e se consolidam como projetos e atividades de extensão. Os projetos da área da saúde, que são desenvolvidos em horas/atividade, são institucionalizados como projetos de extensão. Inclusive, o maior número de projetos de extensão atualmente está na área da saúde. Isto se deve a dois processos, interno e externo. Internamente, como temos muitos mais cursos da área da saúde, temos mais professores nessas áreas, com mais horas disponíveis para executarem projetos de extensão. E houve uma retração das escolas, em termos de possibilidades de financiamento e subsídios às atividades em parceria com a Universidade, que é uma realidade hoje em dia. Houve, em termos de políticas públicas, essa redução de investimentos na educação. E o investimento federal na área da saúde aumentou, ou se tornou mais acessível às universidades comunitárias. Há editais, como o PET-Programa Educação e Trabalho, onde nossos professores acessam recursos para o financiamento de ações na área da saúde

Entrevistadores:

O que você está nos colocando é que, de alguma forma, sempre tivemos problemas também no registro das atividades. Por exemplo, as atividades desenvolvidas através da UNITRABALHO. Nós participávamos como pesquisadores, mas também acompanhávamos cooperativas, associações de recicladores. Mas essas atividades nem sempre eram registradas enquanto atividades de extensão.

Paula Camboim Silva de Almeida:

O *UNITRABALHO* foi um programa muito importante, que fortaleceu o Departamento de Ciências Humanas na extensão. Eu não acompanhei seu desenvolvimento, pois estava afastada na época.

Nos Fóruns Nacionais a gente nota como a UNISC está bastante organizada em termos de institucionalização da extensão. Os projetos de extensão são registrados, os professores têm horas para desenvolvê-los, os projetos são avaliados pelo Comitê Assessor de Avaliação. Muitas vezes, os membros deste Comitê elogiam o fato de os professores na UNISC terem horas para fazer extensão, pois em outras universidades comunitárias não é comum. É muito comum trabalhar com verbas de editais, por exemplo. Desta forma, em muitas instituições, a atuação do professor na extensão é por tempo determinado.

Nesse sentido, o fato de os professores terem horas-atividade, que podem dedicá-las a projetos de extensão, é uma característica muito importante da UNISC. Isso fortalece a extensão na Universidade. Muitos professores de fora comentam que na UNISC a extensão ocupa o mesmo espaço institucional que a pesquisa, no sentido de que os professores podem dedicar horas para o seu desenvolvimento.

A necessidade de consolidar o registro da história da extensão na Universidade sempre existiu e vai continuar existindo. Muitos projetos e ações mais antigos, antes da informática e de desenvolvimento de sistema eletrônico de registro, estão ainda em papel. Talvez, com essas entrevistas, de repente é um projeto que alguém possa desenvolver. Tem os relatórios, estão registrados, mas em papel, arquivados em condições bem precárias e difíceis de localizar. Talvez uma publicação resgate um pouco dessa história, conversar com professores extensionistas, muitos já estão aposentados, já não estão mais na UNISC, seria uma coisa bem interessante.

Apesar disto, o Comitê Assessor de Avaliação e o contato com outras instituições no Fórum Nacional de Extensão, possibilita percebermos como a UNISC está adiantada em termos de registro das atividades de extensão. Mas tem muita coisa para ser feita. Nós temos uma baita história.

Na área do Direito, pela sua trajetória, muito parecida com a área da saúde, temos o Gabinete de Assistência Judiciária, um serviço bastante antigo, onde as práticas que os alunos fazem ali, são vinculadas ao ensino. Mas é um serviço que tem uma enorme relação com a comunidade, que presta uma assistência fundamental. Mas, institucionalmente, está vinculado a PROGRAD, como práticas de ensino.

Na Ciências Contábeis houve um Gabinete de Assistência Contábil. Era um projeto de extensão, vinculado à PROEXT, envolvendo horas/atividade de professores e bolsistas de extensão. Esta é outra característica da UNISC, que o olhar externo sempre ressalta: o fato de termos um Programa de Bolsas de Extensão.

Entrevistadores:

Paula. Tem agora esse último período que, para fins de um relato seu, penso que é muito importante ouvirmos como foi sua atuação na área da extensão.

Paula Camboim Silva de Almeida:

Na gestão do professor Vilmar Tomé voltei à coordenação do NUPES. Continuei com horas atividades em atividades de extensão, mesmo não ocupando mais funções na Pró-Reitoria.

Naquele período houve um incremento da relação do NUPES com as grandes indústrias locais e multinacionais. Vários trabalhos do NUPES se relacionaram a estas demandas. Depois de um período, assumi a coordenação do Núcleo de Ação Comunitária. Quando se construiu o Programa de Inserção Comunitária, onde o papel do Departamento de Ciências Humanas foi fundamental. E é até hoje. As áreas das Ciências Sociais e Serviço Social, com vários professores do nosso departamento, contribuíram na construção do Programa, que tem atuação do nosso Departamento até hoje.

Ainda naquele período, através de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Santa Cruz, o Departamento de Ciências Humanas novamente teve uma participação importante em um grande projeto de extensão: a Mobilização Comunitária para reassentamento de famílias em situação de vulnerabilidade em novos bairros, construídos com recursos da Caixa Econômica Federal. A participação do Departamento foi fundamental, desde vários professores envolvidos até a contratação de egressas do curso de Serviço Social, que atuaram e atuam no projeto. É um trabalho que continua até hoje.

Na gestão da professora Carmen, então, eu retornei ao cargo de coordenadora de extensão e relações comunitárias na PROEXT. A Universidade muito maior, a área da saúde já consolidada, o TecnoUnisc se reforçando, toda uma retração na área da educação em termos de financiamento. Temos muitos projetos de extensão em horas-atividade, há toda a política do Comitê Assessor de Avaliação que continua qualificando os projetos, e aí vem novidade: a curricularização da extensão. É um desafio, acho que talvez, para esses próximos anos, vai ser a grande questão. E volto aqui a uma questão que vocês já tocaram antes, essa resolução da curricularização da extensão, do Conselho Nacional de Educação, de dezembro de 2018. Um prazo de três anos, a partir daquela data, para as universidades colocarem em prática. Tem várias coisas que nós estamos muito adiantados. A Resolução prevê que os projetos de extensão têm que ser institucionalizados, tem que passar por sistema de avaliação interna, várias coisas que a UNISC já alcançou, nós já estamos bem avançados. A definição institucional de extensão deve estar presente no plano institucional, a nossa sempre esteve, por causa desse perfil, dessa identidade, e toda a nossa trajetória. Em todos os nossos projetos pedagógicos de cursos, sempre constava a sua relação com a comunidade. Então, nesse sentido a gente está muito adiantado.

Em um certo sentido, houve avanço, em termos de política educacional federal. A extensão era a única dimensão universitária que não tinha regulamentação. A pós-graduação e a pesquisa têm a CAPES, a graduação tem o MEC. É a primeira vez que, nacionalmente, o governo federal cria uma normativa. Eu considero isto um grande avanço para a extensão. E por mais contraditório que possa parecer, isto pode oferecer dificuldades, já que uma normatização excessiva pode trazer amarras que podem burocratizar demais e atrapalhar a dinamicidade da relação com a comunidade.

Todas as IES comunitárias estão com várias dúvidas para a implantação das normativas desta resolução. Ninguém sabe ao certo como este processo vai acontecer. Nessa resolução há um artigo que define extensão: é considerada uma atividade de extensão aquela que se relaciona com a comunidade e que envolve aprendizado do estudante. E essa questão, do aprendizado do estudante, pode causar confusões. Por exemplo, atividades de prestação de serviço que não tem bolsistas.

Entrevistadores:

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<239-258>, Ago./Set. 2021

E aí, também, pode abrir espaço para transformar todas as práticas de ensino em atividades de extensão. Torna-se uma moeda, ou seja, as grandes instituições vão jogar pesado porque vão resolver o seu problema.

Paula Camboim Silva de Almeida:

Na área da saúde, todas as universidades têm um problema a resolver. São cursos que têm uma grande carga horária prática. Nos Fóruns Nacionais de Extensão tem aparecido esta dúvida: como os avaliadores, agora, vão entender o que é extensão? Há o risco e a confusão de se contar a mesma atividade duas vezes. Se está previsto na DCN do curso que a carga horária prática é X, isto é uma coisa, 10% de extensão deveria ser outra. E aí tem uma questão de definição. Qual é a grande diferença entre uma prática de ensino e uma atividade de extensão? Talvez o caminho para se encontrar esta distinção – se é possível – é mais metodológica. Há uma tradição vinculada a Paulo Freire, que é muito presente na extensão, não é a única, mas é muito presente, de que atividade extensionista se caracteriza pela capacidade de transformação. Estou até simplificando muito a ideia, mas rapidamente, o fato de que a universidade abre um pouco as suas portas e aprende com o outro. A prática de ensino talvez não necessariamente precise ter esta característica metodológica.

Entrevistadores:

Se considerar a discussão já presente no âmbito da saúde, com provocações originadas pelas políticas de formação para e no âmbito do SUS, essa aprendizagem com os locais de atuação é fundamental. Aliás, tem uma desconfiança em relação ao distanciamento da formação universitária quanto às necessidades colocadas pelos locais, pelas regiões.

Paula Camboim Silva de Almeida:

E as Ciências Humanas e as Ciências Sociais têm muito o que contribuir. Nós temos uma reflexão sobre isso, temos uma discussão, inclusive, que relativiza o espaço da ciência como saber absoluto. Este reconhecimento de outros saberes que, no meu entendimento, deveria ser intrínseco à atividade extensionista, e nas práticas de ensino talvez não esteja necessariamente presente. Vai depender da área de conhecimento, vai depender do professor. Por exemplo, na área da saúde. Existe uma sabedoria popular sobre as questões da saúde que foge da ciência, e a gente tem que se relacionar com isso numa atitude de respeito. Temos que dialogar com este saber popular. E a gente sabe, dando aula nos cursos da área, que o nosso papel como professor da área das ciências humanas ainda é muito importante.

Na área da educação acontecia algo semelhante. Nas atividades da extensão nas escolas, lembro que era muito presente a avaliação dos professores de que os problemas nas escolas se deviam ou aos alunos ou ao governo. A autorreflexão, com relação à atividade docente, era pouco colocada. É uma postura semelhante, de que o modelo científico, acadêmico, universitário, é a única verdade. E eu acho que o fazer extensionista traz, ao dialogar com outros saberes, traz uma discussão importante. E talvez por isso que na história ela ficou relegada a um segundo plano. Ela mexe com a própria pesquisa, muitas vezes. E não estou menosprezando a academia, ela fornece caminhos, descobertas, contribuições. Mas aprender com o outro também é fascinante!

Na UNISC, apesar de toda nossa trajetória e da construção da nossa identidade com a extensão, com a comunidade, com o desenvolvimento da nossa região, de escutar a nossa

comunidade, mesmo com toda essa trajetória, que é forte, atualmente essa visão da troca de saberes, eu não vejo que ela esteja tão consolidada em algumas áreas do conhecimento.

Com todo o crescimento da extensão na UNISC, englobando todas as áreas de conhecimento, as Ciências Humanas são muito necessárias. Cada vez mais, a reflexão que os saberes das humanidades oferecem à atividade extensionista é fundamental. O papel das Ciências Humanas dentro da extensão, em uma universidade comunitária, é muito importante.

Entrevistadores:

Sua intervenção nos permite abrir o outro bloco de perguntas, relacionado ao espaço das humanidades na formação universitária, em especial no modelo comunitário de Universidade e, nesse sentido, na UNISC. E nossa pergunta, inicialmente, é sobre a trajetória das humanidades na Universidade, mas, também, sobre seu presente e seu futuro próximo.

Paula Camboim Silva de Almeida:

Pois é, a gente reflete sobre isso, é uma leitura. Todo esse contexto de diminuição de verbas públicas, para investimento não só na pesquisa, mas também nas várias parcerias historicamente construídas entre a Universidade e o poder público. O Estado, Municípios, União cada vez mais dificuldades em financiamento e/ou parcerias. Talvez tenhamos que depender cada vez mais da prestação de serviços. É uma saída, inclusive, para arrecadar recursos para o funcionamento geral da Universidade. A ideia de buscar fontes alternativas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, existe desde a criação da Universidade. A necessidade disto é para não sobrecarregar nossos estudantes, as mensalidades dos nossos alunos. Conseguir fontes alternativas através da prestação de serviços contribui para a manutenção da Universidade como um todo. A prestação de serviços é legítima e necessária em uma universidade comunitária. Entretanto, o lugar que a prestação de serviços ocupa é um dos caminhos que me assusta. O risco é ela abafar a extensão, vocês entendem? Porque daí a população vulnerável entra para o final da fila. É um risco.

Entrevistadores:

Mas, na sua leitura, se falarmos de demandantes de serviços universitários em nossa região, você considera que existe um reconhecimento da autoridade da UNISC para isso?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Acho que sim, sem dúvida. As indústrias multinacionais localizadas aqui na região respeitam muito a universidade. As prefeituras também, mas algumas vezes pode ser uma relação um pouco mais complicada, já que a questão de poderes locais, em algumas ocasiões, dificulta relações.

Entrevistadores:

A Universidade sofre com isso também?

Paula Camboim Silva de Almeida:

A Universidade sofre algumas vezes com isso. Mas independente disto, há um grande reconhecimento regional da qualidade do ensino, pesquisa, extensão e serviços da UNISC. A UNISC é reconhecida na região.

Entrevistadores:

Mas então, em sua visão, e aqui gostaríamos de fazer referências às lideranças econômicas da Região, há uma visão que coloca a UNISC como um espaço de construção de alternativas, de projetos?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Sim, eu acredito que sim.

Entrevistadores:

Mas o vínculo com os setores econômicos ressalta duas questões importantes: a prestação de serviços e a atuação da Universidade em resposta a demandas colocadas por esses setores.

Paula Camboim Silva de Almeida:

A auto sustentabilidade sempre esteve presente nas políticas institucionais de pesquisa e extensão. A prestação de serviços está neste contexto. E ela prevê a entrega de resultados a partir do que foi demandado. E o risco da universidade se colocar em um papel de refém de demandas de setores econômicos hegemônicos. Por isto, a definição de políticas claras do papel e atuação da universidade é necessária.

Há tipos diferentes de prestação de serviços. Por exemplo, atividades que são desenvolvidas pela Central Analítica. A Central Analítica é um serviço, onde se entregam laudos ambientais para os demandantes, que são os mais diversos. É um serviço muito bom e reconhecido. A Central Analítica da UNISC é uma referência no Ministério do Meio Ambiente, de entregar laudos ambientais com altíssima qualidade. Isso é um serviço. Não é necessariamente um trabalho de extensão, na dimensão mais ampla da troca de saberes, da aprendizagem do estudante, como uma das dimensões acadêmicas.

Talvez, a prestação de serviços seria uma quarta dimensão. A universidade faz ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços. Que, às vezes, é via pesquisa, às vezes é via extensão, às vezes é um setor que presta esse serviço. Isto pode causar confusão em termos de políticas internas institucionais. Dependendo do contexto econômico e político mais amplo, pode se reduzir a extensão à prestação de serviços. Se não temos financiamento externo, então não conseguimos realizar a atividade. Podemos realizar trabalhos com uma dimensão social importantíssima que conseguem alguma forma de financiamento externo. Entretanto, há outras atividades que não conseguem se concretizar na forma de prestação de serviços, e também têm a sua importância acadêmica e comunitária.

Entrevistadores:

Existem compreensões internas em relação a isso, e compreensões que, de alguma maneira, se espalham dentro da própria burocracia universitária...

Paula Camboim Silva de Almeida:

Sim, é verdade. Algumas vezes, parece-me haver algumas confusões. Talvez principalmente entre alguns técnicos, mais do que entre os professores, Na minha compreensão, há alguma confusão entre o que é custo e o que é preço. Não há dúvidas da importância de dimensionarmos o custo de nossas atividades. É um processo talvez burocrático demais, do ponto de vista do professor, mas é necessário.

Entrevistadores:

E, nesse sentido, não são percebidos os resultados das ações desenvolvidas que não se transformam em ganhos econômicos imediatos.

Paula Camboim Silva de Almeida:

Exatamente. Muitas vezes, neste processo mais financeiro, digamos, de construção dos custos da atividade, esta dimensão mais ampla, intangível economicamente, é difícil de ser contabilizada. Mas esta característica mais rígida que eu sinto nos encaminhamentos dos projetos/atividades de extensão é algo mais recente na história institucional. Tenho esta impressão.

Entrevistadores:

Em sua opinião, essa rigidez está vinculada à crise conjuntural da Universidade ou é uma mudança mais ampla, de concepção de administração da Universidade.

Paula Camboim Silva de Almeida:

Talvez um pouco dos dois fatores.

Entrevistadores:

Mas vamos aproveitar esse momento. Gostaríamos de ouvir, considerando a sua experiência, se é possível identificar, a partir da extensão, diferentes momentos na gestão da UNISC. Sendo, inclusive, mais preciso, nos últimos tempos a Reitora insiste em suas falas: “olha, não se trata de dizer que são as únicas prioridades, mas escolas, empresas, produção de alimentos, são questões importantes para se pensar”. Isso expressa uma construção que a reitoria fez nesse último período, no sentido de definir uma política, também, de extensão a partir de determinadas prioridades?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Eu já assumi o cargo de coordenadora de extensão com estas áreas já definidas.

Entrevistadores:

Se considerarmos a história da UNISC, mas mais especificamente da pesquisa. Todos nós sabemos que a pesquisa tinha um caráter “mais individualizado”, um processo que respeitava, inclusive, as trajetórias individuais dos professores. Mas a pesquisa caminhou para um processo de institucionalização e, hoje, nós temos grupos de pesquisa e nós temos linhas de pesquisa. Então, hoje, de alguma forma os professores/pesquisadores se situam em

grupos, em pequenas tradições de pesquisa que estão se formando e que envolvem coletivos. Mas na extensão isso não existe. Então, a pergunta é a seguinte: na extensão esse tipo de institucionalização tem importância? Ou, de forma diferente, pode engessar ações e limitar a capacidade da Universidade em dar respostas às demandas e necessidades da comunidade local e regional?

Paula Camboim Silva de Almeida:

É um desafio. A escolha de áreas prioritárias de exercício de atividades é necessária em termos de organização e gestão. Entretenho, como tu mesmo colocas, corremos o risco de engessar a relação com populações muito diversas. Como escolher prioridades na extensão? Quando se pensa em grupos em situação de vulnerabilidade, é muito difícil escolher prioridades. E as demandas chegam de todos os lados, de grupos em situações muito diversas.

Entrevistadores:

Olha só, se a gente for fazer uma espécie de transversalidade na tua fala desde o começo, a tua associação direta entre extensão e vulnerabilidade é um marco na sua fala.

Paula Camboim Silva de Almeida:

É sempre uma preocupação que tive enquanto gestora. Temos que estudar possibilidades e caminhos para reforçar a relação com grupos em situação vulnerável, e que teriam dificuldades de acessar a Universidade através da prestação de serviços. Historicamente houve, como já foi mencionado, na FISC, o Projeto de Educação Popular, ele começou com essa característica de acompanhar e colaborar com grupos em situação de vulnerabilidade. Foi um grande projeto de extensão. Então, isso está marcado na construção da identidade da Universidade. Mas, com o crescimento da Universidade, surgiram novas demandas.

Um fato importante, relacionado às políticas nacionais de extensão, é que a extensão é a única dimensão universitária que não tem um Fórum único. A extensão é a única dimensão que tem três fóruns nacionais: Fórum das IES Comunitárias, Fórum das IES Públicas e Fórum das IES Privadas. Há uma dificuldade de compreensão e definição do que é extensão. E isso fragiliza a dimensão em termos de discussão. Na construção da resolução da curricularização, o Conselho Nacional de Educação teve que consultar e discutir com os três Fóruns, e debater as compreensões diferentes do que é extensão.

Até pouco tempo atrás existia um único edital de financiamento público para projetos de extensão, o FOREXT, e somente as IES federais podiam participar. Apenas com a lei das comunitárias é que passamos a estar habilitados a concorrer. Com a lei das comunitárias e tal, não sei que ano foi isso, não vou me lembrar, 2017, 2016, se abriu, então, para as comunitárias, várias. Nós não ganhamos, mas concorremos. Várias ganharam, mas nunca receberam.

Retomo esta questão pois, houve, historicamente, um olhar de que apenas as IES federais atuavam com grupos vulneráveis, já que a prestação de serviços os excluía. Este debate esteve muito presente nestes últimos anos em que estive na gestão da extensão, em termos de políticas nacionais de extensão, talvez por isto esta preocupação esteja tão presente na minha fala. Mas tenho clareza de que a relação com a sociedade se faz tanto com grupos vulneráveis quanto com grupos econômicos hegemônicos. O desafio da Universidade é saber trabalhar com esta diversidade.

A aprendizagem dos nossos estudantes se fortalece sempre na relação com a comunidade. Independente de que grupo social ele se relaciona. Nos relatórios dos bolsistas de extensão, há um item sobre como a atuação no projeto contribuiu na sua formação. O Comitê Assessor de Avaliação sempre salienta a riqueza dos elementos contida na avaliação dos bolsistas. Ou seja, a relação com a comunidade é uma aprendizagem riquíssima. Recentemente, está se consolidando parcerias com grandes grupos econômicos, através de projetos na área da inovação e empreendedorismo. As empresas trazem problemas reais, e nossos estudantes, das mais variadas áreas, são selecionados e têm um prazo para entregar propostas de resolução. Apresentam propostas muito criativas e inovadoras. E os grupos são interdisciplinares, estudantes de variados cursos.

Entrevistadores:

Essa questão do empreendedorismo que você levanta. Hoje é um desafio para a Universidade pensar essa problemática libertando-se de uma visão restrita e vinculada aos interesses de mercado. Ignorando, inclusive, discussões sobre tecnologias apropriadas, tecnologias sociais, dentre outras que procuram colocar a capacidade de criar e de propor mudanças na sociedade a partir de outras referências.

Paula Camboim Silva de Almeida:

Sim. Este é um desafio importante, onde a Universidade e a área das Ciências Humanas podem contribuir muito. Eu acho que é um bom exemplo desse risco, se as Ciências Humanas não estiverem presentes para relativizar e criticar uma visão muito restrita de empreendedorismo e inovação. Neste sentido, a importância das nossas áreas do conhecimento, são fundamentais nessa discussão. O empreendedorismo e a inovação podem e devem ser feitos tanto em grandes empresas quanto na Associação de Moradores de um bairro popular. É necessário discutirmos a concepção e a finalidade da inovação no âmbito de uma universidade comunitária.

Entrevistadores:

E em relação ao futuro próximo Paula. Estamos agora diante dessa discussão da Reinvenção Pedagógica. No caso das humanidades, nesse atual formato ela compreende a atuação de diferentes cursos: história, geografia, pedagogia, letras etc. O problema é que não há um curso de Ciências Sociais e nem mesmo um curso de Filosofia. Portanto, num futuro próximo, como ficam essas áreas? É possível visualizar um cenário no qual quem não tiver um curso não irá conseguir se reproduzir na Universidade?

Paula Camboim Silva de Almeida:

É um risco. Na minha avaliação. Não estou dizendo que vai acontecer, mas é uma possibilidade. Há toda uma tendência das universidades comunitárias de se organizarem a partir de cursos, e não mais departamentos. Esta discussão esteve presente, talvez não de forma hegemônica, na nova departamentalização que a Unisc passou recentemente. E acho que a nossa situação, das Ciências Sociais e da Filosofia, é muito diferente da grande maioria dos nossos colegas professores que estão identificados com um curso. A Economia, talvez, seja parecida com o nosso caso, já que está presente em vários cursos e o curso próprio está

cada vez mais reduzido. Precisarmos estar presentes, como sempre estivemos, neste processo de discussão de reestruturação da UNISC.

Entrevistadores:

Mas aí temos situações que não sabemos direito qual direção tomarão. Se considerarmos o encontro entre ciências humanas e ciências da saúde, os colegas daquela área reconhecem a importância das ciências humanas e sociais na formação de seus estudantes. Mas, na prática, o que se observa é uma possibilidade crescente daqueles colegas assumirem esses espaços idealmente reservados às ciências humanas e sociais.

Paula Camboim Silva de Almeida:

Sim, e muitas vezes a gente testemunha isto. Com toda esta discussão sobre interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, vários professores de outras áreas buscam mestrados e doutorados interdisciplinares. Com toda essa exigência e dificuldade interna de cumprimento de carga horária, começaram a diminuir as disciplinas da nossa área e colocar seus conteúdos em disciplinas de formação específica.

Entrevistadores:

De qualquer forma, como está sua animação para essa nova fase que você inicia na Universidade, agora sem estar na gestão e com maiores vínculos com o curso de Medicina?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Os alunos estão demonstrando muita alegria com a minha nova função no curso. Foi uma boa surpresa. O curso de Medicina é um espaço institucional em que as Ciências Sociais têm muito a contribuir. Tem a ver com as diretrizes nacionais do MEC, tem a ver com o projeto pedagógico do curso, tem a ver com uma construção que vários professores do departamento de Ciências Humanas participaram, neste processo de construção e consolidação do curso. Recentemente, houve a reformulação do projeto pedagógico do curso e o espaço das Ciências Sociais se reforçou. Então acho que é um espaço que já está mais consolidado, talvez diferentemente do que encontramos em outras áreas da saúde.

Entrevistadores:

Você sente que na medicina os momentos de reestruturação curricular não atingem tão frontalmente a formação das ciências humanas e sociais?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Pelo contrário. Talvez pelo fato de haver bastante procura, existir lista de espera, e o curso ser bem avaliado e reconhecido no estado, facilita esta tranquilidade em relação à manutenção do espaço das ciências humanas e sociais. Acredito que o meu papel, enquanto coordenadora pedagógica do curso, é também defender um espaço de reflexão que as Ciências Humanas e as Ciências Sociais oferecem e qualificam a atuação dos futuros médicos.

Entrevistadores:

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<239-258>, Ago./Set. 2021

E atualmente, você continua com tutoria?

Paula Camboim Silva de Almeida:

Eu continuo com a Tutoria, com as aulas de Antropologia e no Internato de Gestão em Saúde Coletiva. Internato compreende estágios, no caso nas Unidades Básicas de Saúde. A proposta é retomar temas, abordagens, assuntos que foram discutidos durante toda a formação deles, desde o primeiro semestre. É um espaço interessante, um cientista social participar da orientação do estágio de um estudante de Medicina.

Entrevistadores:

A expansão da UNISC para Sobradinho, para Venâncio Aires, para Capão da Canoa, para Montenegro. Como essa expansão repercute nas atividades de extensão e quais desafios que a expansão coloca?

Paula Camboim Silva de Almeida:

A extensão nos outros *Campi* da UNISC ainda necessita consolidação. Há projetos em todos os *Campi*, excelentes projetos, mas ainda em pequeno número. Para citar alguns exemplos, em Montenegro, temos projeto com mulheres vítimas de violência, o de Inclusão digital para pessoas cegas e um com Pequenos Agricultores; em Capão da Canoa, projetos “Quem é meu pai” e “Fiscal Aprendiz”; em Sobradinho, e alguns projetos que foram desenvolvidos através do Edital de Horas de Extensão. Alguns destes projetos, premiados internamente ou em concursos externos.

Entrevistadores:

Então, em sua avaliação, tem atividades. De alguma forma, mas especialmente através das iniciativas dos professores

Paula Camboim Silva de Almeida:

Com estímulo dos coordenadores dos cursos locais e apoio dos departamentos.

Entrevistadores:

Há uma situação que, talvez, se resolva com a criação de núcleos de professores nativos na cidade?

Paula Camboim Silva de Almeida:

É difícil estruturar projetos com continuidade ou mesmo atendimento de demandas, por causa do custo do deslocamento. Os projetos de extensão nestes *campi* ou se desenvolvem com a coordenação de professores que residem nos municípios, ou de professores que atuam na graduação lá e permanecem mais alguns dias além do dia das aulas. Houve o Edital de Horas Temporárias para Projetos de Extensão, política de possibilitava aos professores horistas desenvolverem projetos. Havia uma linha deste Edital para projetos em outros *Campi* da UNISC. Além disto, todos estes projetos buscam parcerias locais que possibilitam o financiamento de pelo menos parte das ações previstas. Por ocasião do Prêmio Honra ao Mérito ao projeto “Quem é meu pai”, de Capão da Canoa, os estudantes vieram a Santa Cruz

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<239-258>, Ago./Set. 2021

para a premiação. Foi a primeira vez que estes nossos estudantes visitaram a sede. Ficaram muito entusiasmados e orgulhosos em relação a UNISC.

Entrevistadores:

Sim, é onde eles estão localizados, pois é difícil eles se sentirem na Universidade.

Paula Camboim Silva de Almeida:

Eles diziam isso, “agora parece que eu estou entendendo o que é ser aluno da UNISC” ... Enfim, mas acho que esse é um desafio em termos de políticas, uma questão complexa, como consolidar a extensão em outros *Campi*. Como iremos implantar a curricularização da extensão nestes *Campi*?

Entrevistadores:

Quando os criarem estrutura. Que era a ideia inicial, mas o cálculo é esse. Demora. Talvez um dia, sim, mas vai demorar muito.

Paula Camboim Silva de Almeida:

Talvez. Mas é muito importante a consolidação da extensão nos outros campi através de projetos, pois além do reforço da relação com a comunidade, há o envolvimento dos estudantes, através das bolsas de extensão. E isto trás, entre outras coisas, uma visibilidade muito importante, uma inserção comunitária que reforça a construção de uma identidade institucional.

Entrevistadores:

Muito bom Paula. Para uma conversa de provocações está muito bem. Só para te dizer uma coisa, nós tivemos aqui mais de duas horas de gravação. Queremos agradecer muito sua participação na construção desse projeto da BARBARÓI.

PAULA CAMBOIM SILVA DE ALMEIDA tem graduação Ciências Sociais – Bacharelado e Licenciatura (Universidade Federal de Goiás) mestrado em Antropologia Social (Universidade Estadual de Campinas). É professora adjunta na Universidade de Santa Cruz do Sul, onde atua desde 1988. Atua na área de Antropologia, com ênfase em Família e Gênero, e na UNISC, além da atividade docente em diferentes cursos de graduação, tem longa experiência na coordenação de atividades de extensão.

César Hamilton Brito de Goes é graduado em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Professor e Pesquisador na UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), onde atua no Departamento de Humanidades, Ciências e Educação.

Marco André Cadoná é graduado em Filosofia, Mestre em Sociologia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Doutor em Sociologia Política (Universidade Federal de Santa Catarina). Professor e Pesquisador na UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), onde atua no Departamento de Humanidades, Ciências e Educação e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.